
EMENTA OFICIAL DO CURSO

FISCALIZAÇÃO LEGISLATIVA EM ANO DE ELEIÇÃO

Carga Horária: 12 horas

Modalidade: Presencial

Nível: Técnico–estratégico

Público-alvo: Gestores públicos, servidores municipais e estaduais, assessores parlamentares, profissionais das áreas de planejamento, saúde, educação, assistência social, entidades do terceiro setor e demais interessados na captação de recursos públicos federais.

Metodologia: Exposição técnica + estudo de casos + simulações práticas

Edição: Jornada da Capacitação

Capacitação: Fiscalização legislativa em ano de eleição

Data Disponíveis para Realização:

Curso Presencial – Sede Brasília - DF

- 03 a 06 de Março de 2026

Carga Horária: 12 horas com emissão de certificado

Valor do investimento:

- R\$ 1.950,00 (por participação individual).
- R\$ 1.450,00 por inscrição (Para Câmara associadas e conveniadas).

Inscrições: Até 27 de Fevereiro de 2026 pelo e-mail:

- contato@sigatreinamentos.com.br
-

EMENTA:

Análise aprofundada do papel fiscalizador do Poder Legislativo Municipal em ano eleitoral, com enfoque nas condutas vedadas aos agentes públicos, restrições orçamentárias, limites de atuação da Administração Pública e cuidados institucionais no exercício do mandato durante o período eleitoral de 2026.

O curso aborda, de forma prática e estratégica, os principais dispositivos da legislação eleitoral aplicáveis à gestão pública, especialmente a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei das Inelegibilidades), correlacionando seus dispositivos com a atuação prática de prefeitos, vereadores, secretários e servidores públicos.

Serão examinadas as seguintes temáticas:

- Condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral;
- Limites para publicidade institucional e uso da máquina pública;
- Restrições na realização de eventos, inaugurações e distribuição gratuita de bens e serviços;
- Nomeações, exonerações e contratações no período vedado;
- Transferências voluntárias e execução orçamentária em ano eleitoral;
- Responsabilidade dos gestores e reflexos nas contas públicas;
- Atuação fiscalizatória do vereador: como agir sem incorrer em ilícito eleitoral;
- Jurisprudência atualizada do TSE aplicada à realidade municipal;
- Boas práticas para atuação técnica, preventiva e juridicamente segura.

O curso proporciona orientação prática para que o parlamentar exerça sua função fiscalizadora com segurança jurídica, evitando riscos de responsabilização por abuso de poder político, condutas vedadas ou atos de improbidade administrativa.

OBJETIVO GERAL

Capacitar os participantes para compreender e aplicar corretamente as normas eleitorais e administrativas em 2026, fortalecendo a atuação institucional e prevenindo riscos jurídicos e políticos.

PROGRAMAÇÃO:

DIA 03 DE MARÇO – CREDENCIAMENTO E INTEGRAÇÃO (2h)

14h00 às 17h00h - Credenciamento e entrega de kits

- Recepção institucional
- Entrega de material didático
- Orientação sobre dinâmica do curso

DIA 04 DE MARÇO – CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS

08h00 às 12h00

Abertura institucional

- Apresentação da proposta do curso
- Contextualização do cenário eleitoral 2026
- A importância da fiscalização técnica em ano eleitoral
- Estrutura das eleições municipais
- Riscos políticos e jurídicos para agentes públicos
- Principais pontos de atenção para o Legislativo

MÓDULO 1 – Fundamentos Legais

Base normativa:

- Lei nº 9.504/1997
- Lei Complementar nº 64/1990
- Constituição Federal – princípios da administração pública
- Tópicos:
- Conceito de agente público para fins eleitorais
- Período crítico (3 meses anteriores ao pleito)
- Responsabilização e penalidades

MÓDULO 2 – Publicidade Institucional e Uso da Máquina Pública

- Limites da publicidade institucional
- Redes sociais oficiais em ano eleitoral
- Uso de bens públicos
- Participação em inaugurações
- Abuso de poder político
- Estudo de caso:
- Análise de decisões do TSE

MÓDULO 3 – Debate Técnico

- Perguntas práticas
- Análise de situações reais trazidas pelos participantes

DIA 5 DE MARÇO – RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ATUAÇÃO FISCALIZATÓRIA

 08h00 às 12h00

MÓDULO 4 – Restrições da Gestão em Ano Eleitoral

Base normativa:

- Lei Complementar nº 101/2000
- Normas sobre transferências voluntárias
- Limites para aumento de despesas
- Contratações e nomeações
- Revisão geral anual de servidores
- Distribuição gratuita de bens
- Execução orçamentária no último ano de mandato

MÓDULO 5 – O Papel Fiscalizador do Vereador

- Fiscalização sem interferência administrativa
- Limites da atuação política
- Uso da tribuna em período eleitoral
- Requerimentos, CPIs e investigações
- Comunicação institucional da Câmara

MÓDULO 6 – Oficina Prática

Simulação:

- Análise de um caso fictício envolvendo:
 - Publicidade irregular
 - Contratação emergencial
 - Evento público com possível promoção pessoal



DIA 06 DE MARÇO – RESPONSABILIZAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA E PLANEJAMENTO PREVENTIVO



08h00 às 12h00

MÓDULO 7 – Responsabilidade e Sanções

- Multas
- Cassação de registro ou mandato
- Inelegibilidade
- Responsabilidade solidária
- Impacto nas contas públicas

